

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO PLANALTO NORTE CATARINENSE

VERSAO PRELIMINAR

**Sistematização:
Ana Lucia Hanisch
Francielle C. Gaertner
Elcio Hirano
Roberto Bonfleur**

**Canoinhas/SC
2006**

INDICE

1.APRESENTAÇÃO.....	03
2.CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO.....	04
2.1. Histórico.....	04
2.2. Situação atual.....	05
2.2.1. Estrutura fundiária.....	05
2.2.2. Indicadores sócio-econômicos.....	07
2.2.3. Indicadores ambientais.....	09
3.PERFIL DO ESPAÇO RURAL DO TERRITORIO.....	12
4.ENTRAVES E POTENCIALIDADES DO TERRITÓRIO PN.....	14
4.1. Entraves para o desenvolvimento do Território.....	14
4.2. Potencialidades para o desenvolvimento do Território.....	15
5.MISSÃO.....	17
5.VALORES.....	17
6.VISÃO DE FUTURO.....	17
7.FOCO DE ATUAÇÃO.....	18
8.EIXOS ESTRATÉGICOS.....	18
9.OBJETIVOS E METAS.....	20
10.OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	21
11.1. Objetivo estratégico 1.....	21
11.2. Objetivo estratégico 2.....	26
11.3. Objetivo estratégico 3.....	28
11.4.Objetivo estratégico 4.....	30
10.PROJETOS.....	31

1. APRESENTAÇÃO

Elaborar um Plano de Desenvolvimento Territorial é uma tarefa árdua que necessita acima de tudo de solidariedade, cooperação e ferramentas eficazes e adequadas. Mas, é a partir desse exercício que se constrói esse instrumento de trabalho, utilizado para os ajustes da missão, das metas e das estratégias de ação a serem realizadas no espaço rural do Território, neste caso, do Território do Planalto Norte Catarinense.

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Planalto Norte e Meio Oeste de Santa Catarina foi um documento elaborado para servir de balizador das ações futuras dos vários atores e agentes de desenvolvimento que residem e trabalham nesta região.

Dessa forma, esse plano foi iniciado a partir de duas oficinas realizadas no Território, sendo uma no município de Canoinhas e outra em Caçador, que serviram de base para o levantamento das informações necessárias para o preparo deste documento.

No entanto, devido às distâncias geográficas que dificultaram sobremaneira as ações conjuntas entre os diferentes atores das duas regiões, no transcorrer da elaboração deste Plano, houve uma nova organização do Território, de forma que o presente Plano foi elaborado apenas pelas instituições do Planalto Norte e deverá ser aplicado somente nesta área.

O território rural do Planalto Norte compreende os 14 (quatorze) municípios que integram o Planalto Norte de Santa Catarina, a saber: Bela Vista do Toldo, Campo Alegre, Canoinhas, Irineópolis, Itaiópolis, Mafra, Major Vieira, Matos Costa, Monte Castelo, Papanduva, Porto União, Rio Negrinho, São Bento do Sul e Três Barras.

Para a elaboração, coordenação, controle e alinhamento das ações no território, foi instituída a Comissão de Instalação das Ações Territoriais – CIAT, cujo grupo era formado por 40 (quarenta) instituições ligadas à agricultura familiar no ano de 2005.

2. CARACTERIZAÇÃO DO PLANALTO NORTE CATARINENSE

2.1 – Histórico

Na região do Planalto Norte a ocupação e a colonização foram profundamente influenciadas pelo caminho das tropas. Assim, a ocupação das matas mistas dos planaltos catarinense e paranaense está relacionada com o ciclo do gado, como locais de pousio, abastecimento e registro das tropas. Na medida em que os tropeiros vão “caindo do cavalo” vão se tornando posseiros e, na medida de suas pretensões e possibilidades, vão aumentando suas posses (Souza, 1997).

O Planalto Norte Catarinense, desde sua ocupação, também guarda uma estreita ligação com a atividade ervateira, que ajudou a delinear parte da paisagem de preservação ainda existente na região.

Esse território foi, também, marcado pelo fato de ter sido o palco principal da mais tensa revolta da história catarinense, a “Guerra do Contestado”, cujas sangrentas batalhas, deflagradas entre 1912 e 1916 resultaram na morte de 10 mil caboclos e militares. Esse fato histórico reflete-se ainda hoje nas características de sua população.

Um segundo ponto foi a chegada da empresa Southern Brazil Lumber & Colonization Company, mais conhecida como Lumber. Esta empresa, com interesse na posse de maior quantidade de áreas possível marcou profundamente a estrutura fundiária de grande parte do Planalto Norte Catarinense. Finalizando o histórico, pesa na estrutura fundiária da região a vinda de novos colonos e de empresas de reflorestamento.

A sociedade da região teve suas origens na colonização ocorrida no final do século XIX, por imigrantes poloneses, alemães, italianos, eslavos, ucranianos, japoneses, portugueses, sírio-libaneses e turcos, acrescida da influência cabocla e tropeira, as quais promoveram amplo mosaico étnico-cultural.

Inicialmente a economia era ligada ao extrativismo da madeira e erva-mate,

no entanto, a partir do início do século XX, foram ocorrendo transformações neste cenário. As políticas de modernização da agricultura, implementadas a partir da década de 60, impuseram gradativamente uma nova dinâmica ao espaço rural da região norte do Estado de Santa Catarina. A partir desta década ocorre nova expansão de grandes estabelecimentos agropecuários, agora pela compra e incorporação de propriedades com o objetivo do plantio de batata, de soja e, em especial, reflorestamentos.

2.2. Situação atual

Atualmente, a região compreendida por Planalto Norte Catarinense possui uma superfície de 11.041,365km² que corresponde a 11,58% da superfície do estado de Santa Catarina. Nela vivem 341.595 habitantes, o que corresponde a 6,38% da população estadual. A densidade demográfica média é em torno de 36 habitantes/km², abaixo da estadual que é de 56,2 hab./km². Vale neste caso, a observação de que há alguns poucos municípios, como São Bento do Sul (134,4 hab/km²) que elevam consideravelmente a média territorial.

As principais cidades do Território são Mafra, Canoinhas, Porto União e Rio Negrinho, além de São Bento do Sul que fica numa zona intermediária entre o litoral Norte e o Planalto Norte. Esta área do Estado começou a ganhar mais destaque no cenário econômico a partir do pós-guerra, quando houve um deslocamento das indústrias madeireiras do Planalto Serrano em direção a essa região. Neste caso, pode-se dizer que a madeira foi o elemento dinamizador da economia regional.

O Território possui uma malha rodoviária razoável, sendo cortada no sentido Norte-Sul pela BR 116 e SC 302 e 303; e no sentido Leste/Oeste pela BR 280, SC 453 e SC451. É margeada por rios importantes como o Iguçu, Rio Negro, Rio das Antas e Rio Canoinhas, que por sinal, já apresentam sinais preocupantes de poluição industrial em alguns pontos.

2.2.1) Estrutura Fundiária

A estrutura fundiária do Planalto Norte Catarinense, era constituída, em 1975, por um total de 15.153 estabelecimentos agropecuários, que totalizavam uma área ocupada de 758.205 hectares. No intervalo censitário de 1975 a 1985 houve um aumento do número de estabelecimentos e da área ocupada. Em 1985 no Planalto Norte Catarinense existia um total de 17.376 estabelecimentos agropecuários, que totalizavam uma área ocupada de 847.611 hectares. Este fato ocorreu de maneira geral em todas as regiões do estado. No intervalo censitário 1985 a 1995-96 ocorreu uma sensível diminuição no número de estabelecimentos e da área ocupada. Existiam no Planalto Norte 13.838 estabelecimentos que ocupavam uma área de 697.292. Cabe relatar, neste ponto, que em 1991 ocorreu um desmembramento no município de Itaiópolis de uma área de 716,25km² para a criação do município de Santa Terezinha e com isto os estabelecimentos deste município passam a contar para outra região do Estado. (Estudos Básicos de SC – EPAGRI, 2005)

No Território do Planalto Norte Catarinense, segundo os Estudos Básicos de SC (EPAGRI, 2005), há um domínio de pequenos estabelecimentos agropecuários considerados aqui com menores de 50 ha. Observa-se que 4.458 estabelecimentos tinham menos de 10 ha e 7.431 estabelecimentos tinham menos de 20 ha. No extrato de até 50 ha dos 13.838 estabelecimentos 11.937 tinham áreas inferiores a este número. Em termos percentuais os estabelecimentos com menos de 10 ha compreendem 32,22%, os estabelecimentos com menos de 20 ha compreendem 53,70% do total e os estabelecimentos com menos de 50 ha que englobam 86,26% do total de estabelecimentos. As áreas ocupadas pelos estabelecimentos de até 10 ha totalizam 23.508 hectares, as áreas ocupadas por estabelecimentos de até 20 ha compreendem 67.120 hectares e as áreas de estabelecimentos de até 50ha totalizam 192.340 hectares.

A maior parte dos estabelecimentos rurais (82,40% dos estabelecimentos das SDR de Mafra e Canoinhas) não possuem pessoas contratadas e utilizam somente mão-de-obra familiar. Estes dados evidenciam a predominância da

agricultura familiar no Território.

As famílias que atuam na área rural, na grande maioria de descendência polonesa, ucraniana, alemã e cabocla, possuem forte vocação e tradição nas atividades agropecuárias, facilitando a manutenção e o fortalecimento neste setor na região. Aliada a isto, existe na região uma base consistente de extensão rural, revalorizada pelo projeto Microbacias II, e de pesquisa agropecuária com uma Estação Experimental. Além disto, tem ocorrido nos últimos anos, um avanço significativo nas organizações representativas da agricultura familiar e em seus fóruns de discussão.

2.2.2. Indicadores sócio-econômicos.

No setor primário, destacam-se as culturas de milho, arroz, feijão, batata, criação de frangos e produção de leite, evidenciando-se que o setor primário ocupa grandes proporções da mão-de-obra regional.

No setor secundário, a região é responsável por 25% das exportações com a fabricação de móveis, sendo que somente a cidade de São Bento do Sul concentra-se 16% da produção nacional de móveis.

Observa-se certa complementaridade entre a indústria moveleira e o setor madeireiro, mesmo que as reservas florestais já se encontram em franco esgotamento em praticamente todo o Território.

Com relação, aos indicadores de renda, do ponto de vista per capita a renda é mais expressiva nas cidades pólos, apesar da evolução positiva na década de 1990 em praticamente todos os municípios que compõem o Território, embora se observe rendas extremamente baixas em alguns municípios como Monte Castelo, Papanduva, Bela Vista do Toldo, Matos Costa e Itaiópolis, (muito dos quais figuram entre os vinte municípios com a pior renda per capita do estado de Santa Catarina).

Em termos gerais, conforme dados IBGE, 2000, quase cem mil pessoas residentes nos municípios do Território são classificadas como sem renda suficiente, significando um percentual de 18,6% contra 12,42% no âmbito

estadual. Verifica-se, ainda, que 62% das pessoas sem renda suficiente residem em áreas urbanas do Território, enquanto o restante está domiciliado em áreas rurais. No entanto, a região de Canoinhas possui 19,5% das famílias do meio rural com renda insuficiente (Borchadt, 2003), ocupando o sexto lugar neste índice no Estado.

As faltas de equidade social e de oportunidades têm gerado um aumento significativo no “Número de Famílias Sem Renda Suficiente para a Sobrevivência”, que representam 18,2% das famílias do Território, valor superior, inclusive à média do Estado que é de 12,42%.

O índice de desenvolvimento humano – IDH - que é utilizado mundialmente serve de parâmetro para medir as condições de vida da população residente no Território, pois agrega as condições de saúde, de educação e de renda - nos municípios do Território é extremamente desigual, demonstrando as grandes diferenças de desenvolvimento existentes entre os mesmos. Infelizmente, situam-se no Território do Planalto Norte três municípios entre os dez com os piores IDH-M do Estado de Santa Catarina. Isto chama a atenção para a existência de microrregiões com precárias condições de vida.

Com relação aos indicadores de educação do Território, em termos gerais, os mesmos se situam em patamares inferiores às médias estaduais, sendo que em alguns casos, a situação é bastante preocupante. De acordo com dados agregados do Censo Demográfico de 2000, a taxa de analfabetismo era de 20%, superior à taxa estadual, que era de 18% e que pode ser considerada alta para os padrões do estado de Santa Catarina.

Significativo foi o número de estabelecimentos rurais de educação, que enfrentaram crises e tiveram que ser desativados, na última década, em especial devido aos programas de nuclearização, aumentando o número de estabelecimentos na área urbana.

Essa realidade sócio-econômica aponta para a necessidade de se encontrar alternativas de geração de emprego e renda a partir do que os agricultores mais sabem fazer, que é a produção agrícola. Entretanto, está claro

que, num contexto de propriedades com pequenas áreas e baixa disponibilidade de capital, apenas a produção de grãos não tem sido e não será suficiente para prover o sustento das famílias.

Associado a isto, ainda existem entraves e limites para o desenvolvimento do setor agropecuário, como a questão de infra-estrutura, estrutura fundiária, falta de alternativas concretas para aumento de renda no meio rural e uma provável falta de visão sistêmica e de integração regional, que ainda dificultam o avanço do setor agropecuário. Entretanto, esses desafios vêm sendo debatidos em diversos fóruns regionais e podem ser passíveis de construção de soluções através da ação dos próprios atores regionais e locais, com apoio de políticas públicas definidas para as especificidades da realidade da região.

2.2.3. Indicadores ambientais

A cobertura florestal predominante é a Mata Mista de Araucária, também denominada Floresta Ombrófila Mista, de grande importância na formação econômica e social da região e mais recentemente, na valoração ambiental, devido à grande biodiversidade, à diversidade genética das espécies vegetais e animais, às possibilidades de uso sustentável dos recursos naturais (Rodrigues, 2005). O mesmo autor cita levantamento realizado pelo Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO, 2001), no qual se constatou que, ainda que a degradação da floresta em todo o Bioma seja significativa, nessa região as classes de porcentagem de cobertura vegetal estão entre 20 e 40% e, entre 40 e 60% da cobertura com vegetação típica do Bioma.

São exatamente os agricultores familiares da região os maiores responsáveis pela manutenção desse patrimônio ambiental, sem que, no entanto, tenham recebido qualquer tipo de compensação para tanto. Pelo contrário, em muitos casos os mesmos são penalizados por não poderem explorar essas áreas para o seu sustento, tendo em vista que as leis de proteção ambiental não levam em conta as restrições e necessidades vividas por essas famílias.

Historicamente, na região predominam o cultivo de lavouras temporárias e alimentares, como o milho (voltado ao autoconsumo) e o feijão (lavoura de renda)

e o fumo. O feijão, que tem sido a lavoura de renda mais importante, tem tido sua rentabilidade gradativamente reduzida e sendo substituído principalmente pela cultura do fumo. Apesar de todos os inconvenientes inerentes à produção e consumo (uso de agrotóxicos, saúde dos usuários) do fumo, esta tem sido uma das poucas opções de renda em situações de pouca área disponível, baixa disponibilidade de capital e excedente de mão-de-obra.

De outro lado, é premente a busca de alternativas que possibilitem aos agricultores o abandono da cultura do tabaco, sobretudo tendo em vista ainda as perspectivas de redução da demanda por esse produto como consequência da Convenção Quadro para Redução do Consumo do Tabaco, da qual o Brasil é signatário. Entretanto, isso só será possível se existirem alternativas que sejam competitivas com o fumo em termos econômicos.

Faz-se necessário também, que se convertam as áreas de mata nativa normalmente, existentes nas propriedades, em áreas que além de contribuírem para a preservação ambiental possam também contribuir para a melhoria da renda das famílias rurais de forma sustentável.

Na busca de construção de estratégias que consolidem o desenvolvimento econômico e social com vistas à preservação ambiental, o Território do Planalto Norte conta com o apoio de dois comitês de Bacias Hidrográficas, sendo o Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Canoinhas e o Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Timbó, que têm contribuído significativamente para a ocupação integrada, racional, equilibrada e ecológica do espaço físico-territorial.

Amparado nos princípios da sustentabilidade, que definem a relação entre desenvolvimento regional, inclusão social e meio ambiente, se dá de forma horizontalizada e equilibrada, ou seja, qualquer que seja a direção para acelerar ou consolidar o desenvolvimento regional sustentável, terá três aspectos como norteadores: produzir bens materiais, melhorar a qualidade de vida e preservar o meio ambiente.

Desta sorte, visando à construção conjunta do desenvolvimento regional,

define-se como condição indispensável ao processo de planejamento do desenvolvimento rural, a participação efetiva dos atores sociais locais. Portanto, a metodologia, utilizada para se transformar regiões administrativas em territórios de desenvolvimento rural, está sustentada nos princípios da reciprocidade, dialogicidade e cooperatividade entre todos aqueles que atuam na construção conjunta desse empreendimento socioeconômico no Estado de Santa Catarina.

3. PERFIL DO ESPAÇO RURAL DO TERRITÓRIO

3.1 Perfil Municípios Planalto Norte Catarinense

Bela Vista do Toldo

População Total: 5.721

Urbana: 570

Rural: 5.151

Taxa de Urbanização: 9,96%

Campo Alegre

População Total: 11.634

Urbana: 6.871

Rural: 4.763

Taxa de Urbanização: 59,06%

Canoinhas

População Total: 51.631

Urbana: 37.904

Rural: 13.727

Taxa de Urbanização: 73,41%

Irineópolis

População Total: 9.734

Urbana: 2.964

Rural: 6.770

Taxa de Urbanização: 30,45%

Itaiópolis

População Total: 19.086

Urbana: 8.757

Rural: 10.329

Taxa de Urbanização: 45,88%

Mafra

População Total: 49.940

Urbana: 37.713

Rural: 12.227

Taxa de Urbanização: 75,52%

Major Vieira

População Total: 6.906

Urbana: 2.199

Rural: 4.707

Taxa de Urbanização: 31,84%

Matos Costa

População Total: 3.204

Urbana: 1.250

Rural: 1.954

Taxa de Urbanização: 39,01%

Monte Castelo

População Total: 8.350

Urbana: 4.573

Rural: 3.777

Taxa de Urbanização: 54,77%

Papanduva

População Total: 16.822

Urbana: 7.953

Rural: 8.869

Taxa de Urbanização: 47,28%

Porto União

População Total: 31.858

Urbana: 26.579

Rural: 5.279

Taxa de Urbanização: 83,43%

Rio Negrinho

População Total: 37.707

Urbana: 32.707

Rural: 5.057

Taxa de Urbanização: 86,59%

São Bento do Sul

População Total: 65.437

Urbana: 61.826

Rural: 3.611

Taxa de Urbanização: 94,48%

Três Barras

População Total: 17.124

Urbana: 14.223

Rural: 2.901

Taxa de Urbanização: 83,06%

4. ENTRAVES E POTENCIALIDADES DO TERRITÓRIO DO PLANALTO NORTE

4.1 ENTRAVES PARA O DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO

- **Visão sistêmica e integração regional:** falta de compreensão de processos regionais. Políticas individualizadas, pouca participação da sociedade organizada nos Conselhos e espaços de discussão e planejamento;
- **Infra-estrutura:** existe uma infra-estrutura nas entidades governamentais, principalmente, mas que está aquém do potencial de ações necessárias ao desenvolvimento do Território;
- **Estrutura Agrária:** concentração de terras no Planalto Norte;
- **Política de recursos humanos e capacitação:** os processos de qualificação profissional são frágeis em todos os setores, assim como as políticas de manutenção de profissionais na região;
- **Estruturação física e técnicas:** vários municípios apresentam estruturas deficientes ou incipientes em diversas secretarias e departamentos, com destaque, para obras, saúde e agricultura.
- **Meio rural:** falta lazer, moradias de qualidade, estradas, telefones. Problemas de centralização das escolas nas áreas urbanas, o que contribui para a evasão escolar e perda da cultura, além da falta de infra-estrutura de saneamento básico.
- **Saúde:** Dificuldades de implementar ações preventivas de saúde; falta de hospitais estruturados e de qualidade; profissionais da área; alto custo da saúde.
- **Falta de incentivo a alternativas produtivas para o meio rural:** a base da produção agrícola de diversos municípios é o fumo e há poucas iniciativas ou processos consolidados de organização nas demais cadeias como leite, frutas, hortaliças, grãos.

- **Aumento excessivo e não planejado das áreas de reflorestamentos:** as campanhas de reflorestamento têm o foco apenas na produção futura de energia e não no desenvolvimento no meio rural, colocando o risco a permanência das comunidades;
- **Infância e adolescência:** baixo investimento em programas de incentivo à esportes, cultura e educação. Falta de oportunidades. Dificuldade em tratar de temas como prostituição e trabalho infantil.
- **Força política e ação regional:** inexpressiva força política e organização da região causam um “esquecimento” por parte do poder público estadual.
- **Falta de processos de formação de lideranças:** a maior parte das entidades representativas do meio rural carece de espaços de formação e rotação de lideranças nos cargos mais expressivos.

4.2- POTENCIALIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO

- **Meio rural e preservação ambiental:** apesar da falta de incentivos há, por uma questão cultural, um forte aspecto de conservação ambiental, em especial na região do Planalto Norte. Em todo o território, a população rural apresenta um grande potencial de desenvolvimento a ser trabalhado.
- **Participação da sociedade e conselhos:** na atual conjuntura de novos eleitos para o poder municipal, a atuação da sociedade em conselhos pode ser mais intensa de acordo com a organização que for alcançada;
- **Universidade:** a região conta com vários campus da Universidade do Contestado, que atua como parceira em quase todos os projetos de desenvolvimento;
- **Estruturas administrativas:** Uma ação do governo estadual foi a criação das Secretarias de Desenvolvimento Regional em várias regiões de Santa Catarina, dentre estão as de Canoinhas, Mafra, Caçador e Videira. As suas estruturas e serviços têm os objetivos bastante próximos ao projeto. Além

destas estruturas existem as estruturas das **Secretarias de Estado Centrais**.

- **Integração regional:** Existe um número significativo de Fóruns de discussão na região (saúde, assistência social, agricultura, tutelar, educação, entre outros), onde se fazem representar os distintos segmentos sociais para a formulação de políticas públicas setoriais. Estes Fóruns de discussão constituem uma base significativa de articulação para o projeto.
- **Políticas Públicas:** Existem programas estaduais que podem ser associados ao projeto. O programa Microbacias II é um exemplo. Outros programas no nível estadual e federal podem auxiliar para o êxito do projeto. Um esforço de ligação de ações e projetos pode ser potencializado na região, incluindo as políticas públicas na esfera da educação e saúde, por exemplo.
- **Relacionamento entre instituições e organizações de agricultores:** Existe um bom nível de articulação e bom relacionamento entre instituições dos agricultores e dos órgãos estaduais, universidades na região.
- **Experiências de associações de agricultores:** Existem experiências de grupos de agricultores em agroecologia, em comercialização e em industrialização, por exemplo. Estas potencialidades de experiências organizativas exitosas estão integradas ao projeto de território.

5. MISSÃO

Fortalecer o exercício da gestão do Desenvolvimento Territorial, buscando promover as alternativas que dêem sustentabilidade à agricultura familiar/camponesa, contribuam na melhoria da qualidade de vida, na redução do êxodo rural, e na busca de estratégias de preservação ambiental adaptadas à realidade do Planalto Norte Catarinense.

6. VALORES

- **Participação** – espera-se que todos os atores do território rural, envolvidos direta ou indiretamente participem de todos os processos participativos e decisórios.
- **Ética e transparência** – os atores se comprometem com a conduta ética e transparente, valorizando o ser humano e todos os grupos da sociedade.
- **Aprendizagem** – desenvolver métodos de trabalho que estimulem a criatividade, a inovação e o compartilhamento de conhecimentos, aumentando a capacidade de aprimoramento pessoal e territorial.
- **Comprometimento** - os atores se comprometem a atingir os objetivos comuns desde que planejados e programados grupalmente, desde que não afetem as suas expectativas individuais.
- **Inclusão social e responsabilidade social** – respeitar os direitos e a diversidade de opiniões e atitudes de todos os indivíduos do território e interagindo permanentemente com a sociedade, na antecipação e avaliação das conseqüências sociais, econômicas, culturais e ambientais.

7. VISÃO DE FUTURO

A visão de futuro que o grupo estabeleceu são ações e metas ajustadas para o espaço temporal de 5 (cinco) anos, enfocando 4 dimensões: **político-institucional; sócio-cultural; econômico e ambiental.**

8. FOCO DE ATUAÇÃO

O foco de atuação do Território é a construção do desenvolvimento sustentável do espaço rural do Planalto Norte, que foi caracterizado nos itens anteriores, visando à sustentabilidade, em todas as suas dimensões, dos segmentos agropecuário, florestal e agroindustrial das propriedades familiares, com ênfase nos seguintes aspectos:

- **Mercado:** a atuação será no mercado de conhecimentos e bens que promovam a sustentabilidade e a competitividade da agricultura familiar, a inclusão social e o bem estar da sociedade do território.
- **Produtos:** são conhecimentos, experiências e todos os bens tangíveis oriundos da atividade rural, que tenham ou não valor econômico.
- **Público-alvo:** será a família rural, cujos indivíduos tenham seu sustento econômico em atividades dentro do espaço rural.
- **Parceiros:** é o indivíduo, instituição pública ou privada, que assume forma de atuação permanente ou temporária, em uma relação de cooperação, compartilhamento, riscos, custos e benefícios das ações desenvolvidas no espaço rural.

9. EIXOS ESTRATÉGICOS

1) Formação:

- Capacitação Profissional;
- Educação popular na cidade e no campo;

2) Produção:

- Aprimorar a tecnologia da produção agrícola visando a sustentabilidade da mesma;
- Promover a agroecologia;
- Promover a diversificação da produção nas unidades familiares;

3) Organização:

- Ampliar a organização política da agricultura familiar;
- Organizar novas formas de produção e de comercialização.

4) Meio Ambiente:

- Educação Ambiental;
- Planejamento Ambiental da Propriedade.

10. OBJETIVOS E METAS

A metodologia proposta para a descrição dos **objetivos e metas** construídos para o presente Plano, foi esquematizada da seguinte maneira:

a) **Objetivo estratégico:** descrição do objetivo que engloba a ação principal proveniente dos quatro eixos estratégicos definidos pela CIAT.

b) **Objetivo específico:** subdivisões do objetivo estratégico. Para maior compreensão do foco do objetivo específico, os mesmos são apresentados divididos em “*descrição da situação atual*” e “*metas e linhas de ação*”;

c) **Situação atual:** breve relato sobre as potencialidades e limites da área a ser abordada no objetivo específico

d) **Metas/linhas de ação:** proposições de trabalho definidas em um determinado tempo, de forma que permitam alcançar o objetivo específico e reduzir os limites da situação atual.

11. OBJETIVO ESTRATÉGICOS

11.1. OBJETIVO ESTRATÉGICO 1

Promover o desenvolvimento e a consolidação de bases produtivas sustentáveis adequadas à realidade dos diferentes sistemas produtivos existentes no Território, com ênfase nos sistemas produtivos de grãos, leite, culturas de alto valor agregado, mel e agroecologia.

1.1. Objetivo Específico 1

Aprimorar as bases tecnológicas dos sistemas de produção de grãos, desenvolvidos no território, adequando-os na competitividade e sustentabilidade exigidos para esse setor no mercado mundial.

Situação atual

- Atuação do projeto Micro Bacias II, que permite a viabilização da assistência técnica diretamente às comunidades rurais e pode contribuir com a eficiência dos atuais sistemas de produção de grãos utilizados;
- Falta de controle do preço final dos produtos e também a falta de garantia de comercialização dos produtos.
- Visualiza-se a falta de conhecimentos por parte dos atuais agentes financiadores (bancos), da real situação vivenciada pelos agricultores familiares deste Território. Ficam alheios ao processo e às necessidades dos mesmos.
- Falência de duas cooperativas no planalto norte, os agricultores ficaram desacreditados no processo e “traumatizados com processos comunitários”.
- É significativa a falta de informações sobre formas de créditos e sobre políticas públicas para o meio rural, bem como a falta de informação de como acessar.

Metas / Linhas de ação

- Reapropriação do papel do agricultor - “auto-estima”;
- Atividades participativas, valorizando projetos existentes;
- Desenvolvimento de Unidades demonstrativas – 01 em cada município;
- Eventos de esclarecimentos de Políticas Públicas: crédito e garantia de preço;
- Fortalecimento de atividades embrionárias de organização;
- Desenvolvimento de pesquisa em produção agroecológica de grãos.

1.2. Objetivo Específico 2

Desenvolver sistemas sustentáveis de produção leiteira a partir de modelos produtivos a base de pastagens de qualidade, buscando aumento da produção e redução do custo, associado à organização das famílias produtoras na busca de preços mais estáveis.

Situação atual

Observa-se como ponto positivo para o desenvolvimento da atividade leiteira, a questão do clima e solo favorável. A existência de plantas forrageiras, o rebanho genético de qualidade também contribui para o fortalecimento da referida atividade no Território. A estrutura familiar contribui para a evolução e resultados positivos do processo produtivo.

O que se evidencia como ponto negativo, é a variação dos preços no Território, a falta de organização entre os produtores, falta de reconhecimento e qualidade da produção. A produção ainda é cara e o uso de pastagens adaptada, é baixa. Utiliza-se muitos insumos externos, o que encarece a produção e dificulta a agregação de valor.

Metas / Linhas de ação

- Realização de dois intercâmbios para conhecimento de estratégias de sucesso em organização de produtores desse ramo;
- Projetos de transição do sistema produtivo;

- Implantação de unidades demonstrativas sobre pastagens piqueteadas e dias de campos nas unidades de demonstração e pesquisa participativa;
- Formação e organização de lideranças na área;
- Cursos especializados para conhecimento do custo da produção;
- Avaliar e monitorar a eficiência técnica e econômica dos principais sistemas de produção de leite no Território.

1.3 Objetivo Específico 3

Contribuir para a organização, o fortalecimento e o desenvolvimento de sistemas de produção de alto valor agregado (fruticultura, hortaliças, plantas medicinais, condimentares e aromáticas, ornamentais) a partir de tecnologias sustentáveis.

Situação atual

No Território, existe uma rica variedade na produção de frutas, hortaliças, plantas medicinais, condimentares, aromáticas e ornamentais. O clima e o meio ambiente são os principais responsáveis por essa diversidade. A estrutura das propriedades tem sido favorável ao cultivo e também a agregação de valor e se tem trabalhado bastante com a pesquisa e capacitação acerca dessa linha de ação dentro do Território. E algumas iniciativas, evidenciam a aquisição e o consumo desses alimentos na merenda escolar.

Apesar do quadro apresentado, ainda é muito pequena a transferência de tecnologia aos agricultores familiares. A conscientização da população consumidora, para a preferência por esses alimentos, ainda é baixa. Utiliza-se em algumas variedades, agrotóxicos. E a legislação é pouco seguida/compreendida pelos produtores familiares.

Metas / Linhas de ação

- Intercâmbios em Unidades de referência;
- Disponibilização de mudas adaptadas às condições locais;
- Caracterização de custos de produção de pelo menos duas culturas de cada uma dessas cadeias;
- Desenvolver processos de conversão de sistemas de produção de frutas e

hortaliças convencionais para produção posteriormente, agroecológica;

– Organização da cadeia plantas bioativas, através do desenvolvimento de sistemas produtivos adaptados aos diferentes ambientes e do fortalecimento de estratégias de mercado.

1.4 Objetivo Específico 4

Fortalecer a organização da cadeia do mel e adaptar tecnologias voltadas para o aprimoramento da produção.

Situação atual

No território do Planalto Norte, evidencia-se número significativo de apicultores, e é positiva a necessidade do consumo pelos cidadãos desse território. Existe grande número de subprodutos originários da produção apícola. A aliança entre capacitação; produção; mercado e produtores são evidenciados nesse momento como ponto positivo e de fundamental importância para o desenvolvimento do setor.

Porém, o que se observa como ponto negativo, é a falta de organização na produção e comercialização, o que faz com que o processo torne-se fragilizado. A falta de estrutura de processamento na produção e comercialização também fragiliza a comercialização e ainda, não se conseguiu inserir esse produto na merenda escolar.

Metas / Linhas de ação

- Levantar e sistematizar, pelo menos cinco experiências em diferentes sistemas de produção apícola;
- Estruturação a nível municipal de processamento e comercialização;
- 5 Seminários com as organizações do mel no território.

1.5 Objetivo Específico 5

Ampliar e fortalecer os sistemas produtivos agroecológicos, através de uma perspectiva participativa e de interação entre pesquisa, extensão e transferência

de tecnologias e famílias produtoras.

Situação atual

O Território do Planalto Norte possui uma rede de experiências atuantes em agroecologia, fruto de trabalhos desenvolvidos há mais de duas décadas através de organizações governamentais e não-governamentais em especial a EPAGRI – Gerência e Estação Experimental de Canoinhas, CEPAGRI em Caçador e a ASPTA em União da Vitória/PR. Esses trabalhos resultaram em organizações de produtores exitosas como AFRUTA, AGRUPAR, APAECO e diversos grupos que comercializam hortifrutigranjeiros em feiras municipais e grãos para exportação.

Metas / Linhas de ação

- Consolidação dos sistemas produtivos;
- Certificação;
- Construção de redes;
- Implantação do crédito rural;
- Unidades de referência e Pesquisa Participativa;
- Redes de ATER;
- Inclusão de agricultores familiares em cursos de graduação / educação superior.

11.2. OBJETIVO ESTRATÉGICO 2

Ampliar e fortalecer o eixo estratégico da formação no meio rural, através de estratégias de capacitação profissional e da estruturação da educação popular na cidade e no campo.

2.1. Objetivo Específico 1

Estabelecer um sistema de capacitação profissional articulado entre as diferentes entidades governamentais e não-governamentais do Território, atuantes nesta área.

Situação atual

Observa-se no Território, boa estrutura física local e regional na questão da profissionalização. Presença de entidades parcerias como SENAR; EPAGRI; EMBRAPA; SINDICATOS, entre outros. Porém, a falta de interesse e a descontinuidade no processo de formação tem sido um dos entraves para os agricultores, tendo em vista, que conforme apontado pelos mesmos, os cursos são muito prolongados. E uma das queixas dos mesmos, é a falta de informações sobre as fontes de recursos para financiamento das produções.

Metas / Linhas de ação

- Novas estratégias de mobilização social nas comunidades rurais;
- Capacitação de pessoas em busca de recursos financeiros para apoio a projetos;
- Divulgação, adequação e integração do processo de formação regional.

2.2. Objetivo Específico 2

Estruturar um programa de educação no campo, adaptado à realidade do meio rural.

Situação atual

As dificuldades em manter as crianças na escola e o jovem no campo têm sido um

dos principais problemas enfrentados em nosso Território. A atual educação tem sido voltada para a cidade e não para a realidade do campo, fazendo com que se percam os costumes locais e o próprio reconhecimento de sua identidade. É muito precária também a infra-estrutura para implementações de ações voltadas para a realidade do campo, seria importante e viável, preparar os estudantes para o mercado de trabalho rural, evitando o êxodo e dando oportunidades iguais para os jovens do campo e da cidade.

Metas / Linhas de ação

- Novas estratégias de mobilização social nas comunidades rurais;
- Capacitação de pessoas em busca de recursos financeiros para apoio a projetos;
- Divulgação, adequação e integração do processo de formação regional.

11.3. OBJETIVOS ESTRATÉGICO 3

Promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, através de processos que unam sistemas produtivos com preservação ambiental, desenvolvimento de tecnologias adaptadas e processos de conscientização da população do meio rural.

3.1. Objetivo Específico 1

Desenvolver ações educativas com fins de aumentar o nível de conhecimento da atual legislação ambiental e promover o uso racional dos recursos ambientais.

Situação atual

Poucas são as iniciativas de informação e conscientização junto aos agricultores quanto à correta legislação ambiental, suas penalidades e suas potencialidades. Deve-se iniciar desde a educação escolar, para garantir a preservação das nascentes e da água para o futuro próximo da humanidade.

Metas / Linhas de ação

- Aumentar as campanhas de conscientização ambiental para adultos;
- Promover áreas pilotos de planejamento e manejo sustentável das propriedades, através de ações da EPAGRI e Micro Bacias II.
- Tornar viável a relação entre os órgãos ambientais e as associações de agricultores, através de eventos com cunho formativo e não apenas de ações punitivas.

3.2. Objetivo Específico 2

Definir estratégias de manejo de sistemas produtivos, a partir de processos de planejamento ambiental das unidades de produção familiar no Território.

Situação atual

Atualmente, apesar das restrições legais, a maioria das propriedades familiares

não possuem averbação de reservas legais e portanto possuem dificuldades de fazerem um planejamento adequado das mesmas.

Metas / Linhas de ação

- Geo-referenciamento das propriedades em parcerias com as universidades;
- Compensação ambiental a agricultores para proteção da natureza;
- Incentivo à produção ecológica;
- Destino final adequado aos resíduos tóxicos existentes nas propriedades rurais;
- Uso racional dos recursos naturais (água, solo, madeira, etc).

11.4. OBJETIVOS ESTRATÉGICO 4

Ampliar e fortalecer a organização das entidades representativas da “Agricultura Familiar”, governamentais e não-governamentais, através de processo de interação das ações.

Situação atual

No Planalto Norte, historicamente, há dificuldade nos processos organizativos. A maioria das entidades não possui programas de formação contínua de lideranças e há poucas iniciativas de formação de outras formas de organização, que não seja a representação sindical. Associado a essas características, um estudo realizado pela EPAGRI, nos municípios do Território, demonstrou que a maior parte das iniciativas coletivas caracterizam-se por: iniciativa externa ao grupo diretamente beneficiário; curto período de existência; falta de formação de lideranças e dificuldade de gestão de empreendimentos coletivos, sejam eles associações, agroindústrias, grupos de equipamentos e máquinas e cooperativas.

Há ainda um problema crônico de falência das principais cooperativas da região na última década, por motivos que variam de má administração, falta de transparência, corrupção e falta de planejamento; motivos esses que causaram maior descrédito em relação à trabalhos organizativos.

Metas/Linhas de ação

- Promover espaços de formação de lideranças a partir de focos de atuação, como por exemplo, cadeia leite, agroindústrias, agroecologia, mel, etc;
- Favorecer formas de esclarecimento dos principais instrumentos de políticas públicas para a Agricultura Familiar, de forma a permitir a apropriação destes por parte de um número maior de atores, como formas de motivação de participação de atividades organizativas.

12. PROJETOS

Apoiados 2004

Prefeitura Municipal	Entidade Beneficiada com Pronaf	Valor Total
	Investimento	
Irineópolis	APAECO	R\$45.000,00
	Casa Familiar Rural	R\$13.300,00
	Grupo de Mulheres	R\$5.000,00
Major Vieira	Casa Familiar Rural	R\$20.000,00
Canoinhas	SINTRAF	R\$25.200,00
	AGRUPAR	R\$20.200,00
	EMBRAPA	R\$54.000,00
	ADR-PLAN (PRONAF –Capacitação)	R\$66.650,00
Porto União	AFRUTA	R\$45.800,00
	TOTAL	R\$295.150,00

Apoiados 2005

Prefeitura Municipal	Entidade Beneficiada com Pronaf	Valor Total
	Investimento	
Bela Vista do Toldo	Associação de Jovens Agricultores da Região de Bela Vista do Toldo e Canoinhas	R\$30.000,00
	Associação Comunitária Progresso de Titã Fogo	R\$81.818,63
Porto União	Associação dos Apicultores Vale do Iguaçu - AAVI	R\$42.600,00
Lebon Régis	Cooperativa de Produção Agrária de Lebon Régis - COOPRAL	R\$122.000,00
Fraiburgo	Cooperativa dos Assentados da Região do Contestado - COOPERCONTESTADO	R\$84.000,00
	TOTAL	R\$360.418,63

Apoiados 2006

Prefeitura Municipal	Entidade Beneficiada com Pronaf Investimento	Valor Total
Três Barras		R\$41.800,00
Fraiburgo		R\$74.992,00
Monte Castelo	POMARIS	R\$72.300,00
Lebon Régis		R\$35.000,00
São Bento do Sul		R\$21.600,00
Irineópolis		R\$57.000,00
Matos Costa		R\$20.000,00
Campo Alegre	APICAMPO	R\$45.100,00
Macieira		R\$42.000,00
	TOTAL	R\$409.792,00